

Marcos legais utilizados na Gestão de Licitações e Contratos seguem a base da Lei Geral de Licitações.

[Lei nº 4.320, de 1964](#) – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

[Decreto Lei nº 200, de 1967](#) – Organização da Administração Federal;

[Lei nº 8.666, de 1993](#) – Lei de Licitações e Contratos;

[Portaria nº 9.784, de 1999](#) – Processo Administrativo Federal;

[Resolução CD/FNDE nº 20, de 2014](#) – Normas para realização de compras de bens, de obras, gestão de contratos e atas de registro de preço, no âmbito do FNDE;

[Lei nº 10.520, de 2002](#) – Pregão Eletrônico

[Instrução Normativa nº 5, de 2017](#) – Regras e Diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública;

[Instrução Normativa SGD/ME nº 01, de 2019](#) – Regras e diretrizes do procedimento de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação - SISIP;

[Decreto nº 10.024, de 2019](#) – Novo Decreto do pregão eletrônico;

Instrução Normativa SEGES/ME, de 2019;

[Instrução Normativa nº 40, de 2020](#) – Normas de elaboração dos estudos técnicos preliminares – ETP para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

[Instrução Normativa nº 73, de 2020](#) – Dispõe sobre o procedimento administrativo para pesquisa de preços; e

[Instrução Normativa nº 31, de 2021](#) – Altera a Instrução Normativa SGD/ME Nº 01/2019;